

Ciberfeminismos e a reorganização criativa dos ativismos na era digital: uma análise de perfis brasileiros no *Instagram* em Portugal

Cyberfeminisms and the creative reorganization of activism in the digital era: an analysis of Brazilian profiles on Instagram in Portugal

Ciberfeminismos y reorganización creativa del activismo en la era digital: un análisis de perfiles brasileños en *Instagram* en Portugal

Clarissa de Souza Oliveira Godoy¹

 [0000-0003-2444-0142](https://orcid.org/0000-0003-2444-0142)

Resumo: Nos últimos anos, especialmente durante a pandemia Covid-19, houve um *boom* de perfis e páginas relacionadas aos feminismos no ciberespaço, especialmente no *Instagram*. A emergência dos ciberfeminismos colabora com a popularização das pautas feministas e com a internacionalização da solidariedade entre mulheres. Este estudo combina o trabalho de autoras como Haraway (1991), Hollanda (2018), Gago (2020) e Mohanty (2013) com trabalhos recentes sobre plataformação e ativismos na era digital (Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020; Castells, 2013), na tentativa de compreender como os ciberfeminismos contribuem com as pautas da atual fase dos feminismos. Para isso, irá analisar os perfis do *Instagram*: *@PlataformaGeni* e *@ColetivoAndorinha* entre os anos de 2021 e 2024, através de uma abordagem netnográfica de caráter qualitativo (Kozinets, 2015). Os perfis selecionados fazem parte do contexto dos ciberfeminismos em Portugal e no Brasil, uma vez que são organizados por brasileiras que residem em Lisboa.

Palavras-chave: Ciberfeminismo. Rede Social. Instagram. Ativismo Digital. Feminismos.

Abstract: In recent years, especially during the Covid-19 pandemic, there has been a boom in profiles and pages related to feminisms in cyberspace, especially on Instagram. The emergence of cyberfeminisms contributes to the popularization of feminist agendas and the internationalization of solidarity between women. This study combines the work of authors such as Haraway (1991), Hollanda (2018), Gago (2020) and Mohanty (2013) with recent work on platformization and activism in the digital era (Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020; Castells, 2013), in an attempt to understand how cyberfeminisms contribute to the agenda of the current phase of feminisms. To do this, it will analyze the Instagram profiles: *@PlataformaGeni* and *@ColetivoAndorinha* between the years 2021 and 2024, through a qualitative netnographic approach (Kozinets, 2015). The selected profiles are part of the context of cyberfeminism in Portugal and Brazil, as they are organized by Brazilian women who live in Lisbon.

Keywords: Cyberfeminism. Social Media. Instagram. Digital Activism. Feminisms.

Resumen: En los últimos años, especialmente durante la pandemia de Covid-19, se ha producido un auge de perfiles y páginas relacionadas con feminismos en el ciberespacio, especialmente en Instagram. El surgimiento de ciberfeminismos contribuye a la popularización de agendas feministas y a la internacionalización de la solidaridad entre mujeres. Este estudio combina el trabajo de autores como Haraway (1991), Hollanda (2018), Gago (2020) y Mohanty (2013) con trabajos recientes sobre plataformas y activismo en la era digital (Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020; Castells, 2013), en un intento de comprender cómo los ciberfeminismos contribuyen a la agenda de la fase actual de los feminismos. Para ello, analizará los perfiles de Instagram: *@PlataformaGeni* y *@ColetivoAndorinha* entre los años 2021 y 2024, a través de un enfoque netnográfico cualitativo (Kozinets,

¹ Doutoranda em Estudos de Género pelo Centro Interdisciplinar de Estudos de Género/Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa - ULisboa, com bolsa de estudo financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal - FCT (referência n°2022/14686.BD). *Lattes:* [2999739524244773](https://lattes.cnpq.br/2999739524244773)- E-mail: clarissasgodoy@gmail.com.



Clarissa de Souza Oliveira Godoy

Ciberfeminismos e a reorganização criativa dos ativismos na era digital: uma análise de perfis brasileiros no Instagram em Portugal

2015). Los perfiles seleccionados se enmarcan en el contexto del ciberfeminismo en Portugal y Brasil, ya que están organizados por mujeres brasileñas que viven en Lisboa.

Palabras-clave: Ciberfeminismo. Red Social. Instagram. Activismo Digital. Feminismos.



Introdução

O rápido crescimento das *Tecnologias de Informação e Comunicação* (TICs) transformou radicalmente a forma como os ativismos se articulam, especialmente no que diz respeito aos movimentos feministas. Os ciberfeminismos surgem como alternativa efetiva de articulação feminista na nova era da informação, explorando as possibilidades oferecidas pelo ambiente digital para promover a igualdade de gênero e desafiar a estrutura patriarcal. Autoras como Donna Haraway em *Simians, Cyborgs, and Women* (1991) e Sadie Plant em *Zeros and Ones: Digital Women and the New Technoculture* (1997) contribuíram para a formulação teórica dos ciberfeminismos, ao analisarem as interseções entre gênero e tecnologia. É importante ressaltar que os ciberfeminismos não se limitam apenas ao ativismo político, mas se estende à produção cultural e artística, desafiando as normas de gênero e explorando novas formas de expressão digital.

Os ativismos *on-line*, estimulados pelo rápido crescimento das redes sociais e plataformas digitais, tornaram-se uma ferramenta poderosa para a mobilização social e política. Autores como Manuel Castells (2013) e Thomas Poell, David Nieborg & José Van Dijck (2020) examinam o papel das redes sociais na formação de movimentos sociais e na construção da esfera pública digital. O ativismo *on-line* oferecem oportunidades de engajamento e visibilidade, mas também apresenta desafios, como a vigilância digital e a disseminação de informações falsas.

A nova era da informação trouxe consigo uma série de desafios para os feminismos, incluindo questões de representação, segurança digital e acesso igualitário às tecnologias. Autoras como Rosalind Gill (2014) e Judith Butler (2003) analisam as complexidades das identidades de gênero na era digital e as formas como as tecnologias moldam as experiências e percepções de mundo. Dessa forma, os ciberfeminismos desempenham um papel crucial na abordagem desses desafios, ao mesmo tempo em que promovem a solidariedade e a conscientização sobre questões de gênero em escala global.

Assim, este estudo propõe-se a explorar a intersecção entre os ciberfeminismos e as dinâmicas contemporâneas do ativismo digital. Para tanto, combina trabalho de autoras como Haraway (1991), Hollanda (2018), Gago (2020) e Mohanty (2013) com as análises mais recentes sobre plataformização e ativismos na era digital, conforme abordado por Poell,



Nieborg & Van Dijck (2020) e Castells (2013). O objetivo é compreender como os ciberfeminismos contribuem para as pautas da atual fase dos feminismos, especialmente considerando o contexto da pandemia e da crescente digitalização da sociedade.

Para isso, este estudo adota uma abordagem netnográfica de caráter qualitativo, conforme proposto por Kozinets (2015). Serão analisados dois perfis do *Instagram*: @PlataformaGeni e @ColetivoAndorinha. Através dessa análise, buscará compreender as práticas, discursos e estratégias adotadas por esses perfis, bem como suas contribuições para a construção de um movimento feminista mais inclusivo, engajado e globalizado.

Ressignificação dos ativismos na Era Digital

As manifestações estratégicas para reivindicações de cunho coletivo permanecem como ações fundamentais para a conquista de direitos. Os ideais que mobilizam grupos reivindicatórios e as ações tomadas para manifestar as suas insatisfações são diversas e se transformam com o avançar dos tempos. Se, historicamente, o boicote aos meios de produção por parte dos trabalhadores fabris nos séculos XIX e XX foram a expressão inovadora da luta por direitos, hoje essa expressão se contrasta com as novas formas de acumulação de riquezas e do desenvolvimento tecnológico.

A chegada da “era da informação” transformou as formas de interação social e construiu um novo *habitus* em que a tecnologia passou a ser um recurso imprescindível no dia-a-dia das pessoas (Castells, 2013). A criação de novos consumos, novas interferências na exploração dos recursos naturais e consecutivamente novas maneiras de extrair lucro da força de trabalho, demandou dos ativismos contemporâneos a resignificação de pautas e criação de novas estratégias no combate às desigualdades.

Tradicionalmente as ações ativistas são ancoradas nos princípios dos movimentos sociais que reivindicam justiça social. Segundo Manuel Castells (2013, p. 134) “[...] os movimentos sociais surgem da contradição e dos conflitos de sociedades específicas, expressam as revoltas e os projetos das pessoas resultantes de sua experiência multidimensional”. Dessa maneira, os movimentos sociais são formados por pessoas que frustradas ou insatisfeitas com a ineficiência das instituições políticas, organizam coletivamente ações alternativas para melhorar a sua condição de vida. Se organizam através



de diferentes formatos, sendo a horizontalidade o modelo mais recente, popularizado pelas redes sociais e pelos feminismos.

O desenvolvimento das TICs e o rápido crescimento das redes sociais possibilitou novas formas de interações sociais e também das ações promovidas pelos movimentos sociais. Se antes a informação chegava através de jornais impressos ou telejornais, hoje, a cada minuto, as informações são atualizadas pelos portais digitais nos *smartphones*. A democratização do acesso à informação, permitida pela *internet* e pelos recursos tecnológicos, proporciona certa autonomia aos sujeitos, ou seja, uma capacidade de organização mais livre no espaço das redes digitais de comunicação.

Para Castells (2013) os movimentos sociais em rede são essencialmente movimentos culturais, que conectam reivindicações do presente com os projetos de futuro. O autor acrescenta que a *internet* e os movimentos sociais em rede compartilham de uma cultura da autonomia, ou seja, os movimentos sociais em rede tem um projeto fundamental que é transformar pessoas em sujeitos de suas próprias vidas, para assim serem autônomos em relação às instituições da sociedade. Dessa forma, por mais que existam medidas institucionais no combate às desigualdades e injustiças, os movimentos, dotados de autonomia, se arriscam em desenvolver novas formas de convivência e na criação de um novo contrato social (Castells, 2013).

Como pano de fundo dessa mudança social está uma transformação cultural que tem duas características básicas: a individuação e a autonomia (Castells, 2013). Nesse sentido, a individuação é uma tendência cultural que enfatiza os projetos de vida do indivíduo como princípio norteador do seu comportamento, mas que também pode ser adaptado à ação coletiva, com medidas sustentáveis e partilhado em comunidade. Essa característica é diferente do individualismo, em que o principal objetivo é o bem-estar do indivíduo, como um projeto particular, sem compromisso com o coletivo.

Por outro lado, o conceito de autonomia é mais amplo, e segundo Castells (2013, p. 135) a “[...] autonomia refere-se a capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses”. Dessa forma, o autor ressalta que a constituição de redes permite a transição da individuação para a autonomia, pois possibilita aos sujeitos



constituírem autonomia nas redes de sua escolha. Por isso, a *internet* fornece à comunicação a tradução da cultura da liberdade como prática da autonomia.

No entanto, apesar dos benefícios trazidos pela *internet* e as TICs, no que concerne a autonomia dos sujeitos, autoras como Donna Haraway (1991) e Shoshana Zuboff (2019) fazem críticas importantes sobre o impacto social, político e ético desses avanços.

Para Haraway (1991) as tecnologias de informação possibilitam repensar os limites entre o que é humano e máquina, de maneira a desafiar a estrutura social de gênero. Haraway critica a visão unificada e estável da humanidade, propondo uma análise mais orgânica e interconectada das identidades. Sua crítica se concentra em questionar as divisões binárias entre natureza e cultura, orgânico e tecnológico, propondo uma visão mais interconectada e relacional da experiência humana.

A autora chama a atenção para o caráter político das *Tecnologias da Informação e Comunicação*, uma vez que são agentes ativos na redefinição das relações de poder e subjetividade (Haraway, 1992). Dessa forma, a autora ressalta a não neutralidade das TICs e sua capacidade em moldar ativamente identidades e relações sociais. Em uma sociedade mediada pela tecnologia e interseccionada pelas questões de gênero, raça e classe é necessário adotar uma abordagem crítica e reflexiva sobre o papel da inovação da tecnologia na sociedade e na produção de autonomia. Assim, Haraway (1992) questiona as hierarquias tradicionais que possibilitam a manutenção das estruturas desiguais, e desafia a criação de novas formas de conexão e solidariedade em um mundo cada vez mais conduzido pela tecnologia.

Em diálogo com as preocupações de Haraway e atualizando o debate, Shoshana Zuboff (2019) chama a atenção para a exploração dos dados pessoais pelas grandes empresas de tecnologia. Zuboff (2019) argumenta que a coleta indiscriminada de dados por empresas como *Google* e *Facebook* está acabando com a privacidade e transformando os indivíduos em produtos para serem comercializados. A autora destaca como as práticas de vigilância criam desequilíbrios de poder significativos entre as corporações e os cidadãos, moldando o comportamento humano em direções muitas vezes não transparentes e antiéticos (Zuboff, 2019).

As grandes corporações de tecnologia extraem dados pessoais dos usuários, transformam esses dados em *commodities* e os comercializam para a obtenção de lucro



(Zuboff, 2019). A coleta excessiva de dados cria desequilíbrios significativos de poder, onde as empresas tecnológicas têm acesso a enormes quantidades de informações sobre indivíduos, muitas vezes sem o conhecimento ou consentimento explícito. Zuboff (2019) denomina “capitalismo de vigilância” o modelo de aquisição de informação e ao contrário de Castells (2013), alerta sobre a perda de privacidade e da autonomia dos cidadãos. Para a autora, o capitalismo de vigilância acaba por transformar a experiência humana em algo a ser explorado e manipulado para fins comerciais (Zuboff, 2019).

Assim como Haraway (1991), Zuboff (2019) chama a atenção para o caráter político das TICs destacando o fator lucrativo das informações para as grandes empresas do ramo da tecnologia e critica como as tecnologias digitais são empregadas no contexto do capitalismo contemporâneo. Por fim, a autora argumenta sobre a importância em repensar e regulamentar o uso de dados pessoais para garantir uma sociedade mais ética e equitativa na era digital.

Tanto Haraway quanto Zuboff destacam a necessidade de uma abordagem crítica e ética no desenvolvimento e na implementação das novas tecnologias. Isso implica questionar os sujeitos produtores dessas inovações, ou seja, quem são os que mais se beneficiam, os mais prejudicados e de que maneira é possível garantir que os avanços tecnológicos sejam utilizados para promover o bem-estar e a justiça social (Zuboff, 2019).

Por outro lado, é importante destacar que a *internet* possibilita uma maior ampliação das redes de comunicação e a criação de novas plataformas digitais permitem também uma autonomização da comunicação. As *Social Networking Sites*, popularmente conhecidas como “redes sociais” são importantes nessa tarefa de proporcionar uma maior autonomia e também transformar a cultura ao induzir ao compartilhamento. Partindo de uma perspectiva de gênero, autoras como Terezinha Fernandes, Edméa Santos & Sara Wagner York (2022, p. 83) afirmam que “[...] esses espaços multirreferenciais são lócus de potência para formação de mulheres na cibercultura e para a transformação de si, do outro e da sociedade”. Assim, as usuárias das redes sociais compartilham suas experiências, criam vínculos e conectam ideias sendo também agentes de reconstrução das TICs.

A sociedade em rede é construída com base na conectividade ininterrupta, mas não apenas virtual, existe uma forte conexão entre as redes virtuais e as reais, ou seja, um mundo híbrido entre o *on-line* e o *off-line*. E é a partir dessa transição de cultura para um mundo



híbrido, que os movimentos sociais em rede emergem, com o objetivo e a possibilidade de compartilhar indignação, esperança e luta (Castells, 2013).

Portanto, os movimentos sociais em rede são marcados pelas subjetividades e singularidades do seu tempo, pois são constituídos por sujeitos sociais. Os valores desses movimentos são ligados à cultura da autonomia, existem por causa da *internet* e são desenvolvidos como agentes de mudança na sociedade em rede, numa alternativa às instituições políticas obsoletas.

Os Ciberfeminismos

O desencadear de novas manifestações a nível global contribuíram para popularizar os ciberfeminismos. Atualmente, os ciberfeminismos colaboram para lançar uma agenda feminista alinhada com as novas demandas do movimento feminista. Essa nova agenda coloca à frente o conceito da interseccionalidade que reconhece que as experiências das mulheres são moldadas não apenas pelo gênero, mas também pela raça, classe e orientação sexual (Collins & Bilge, 2021; Crenshaw, 1991). Valoriza as diversidades, as identidades de gênero e o protagonismo do feminismo negro na luta pelo fim das desigualdades (hooks, 2018).

A atual fase dos feminismos tem suas raízes na virada do século XXI, sob a influência dos ativismos *on-line* e pelo rápido desenvolvimento das redes sociais. As manifestações através dos *hashtags* como o *#MeToo* e *#TimesUp* demonstraram a capacidade das plataformas digitais em ampliar as vozes das mulheres e expor suas reivindicações, em especial contra a violência sexual e o assédio (Costa, 2018)

Os ciberfeminismos se tornaram uma das principais ações ativistas que surgiram com o rápido desenvolvimento das tecnologias da informação e das redes sociais. Inicialmente era uma extensão do movimento feminista tradicional, explorando as interseções entre gênero, tecnologia e ativismo digital através das artes visuais.

Em 1991, o grupo *VNS Matrix*, formado por artistas australianas, deu início a um movimento de experimentação virtual inspirado pela ideia do 'Ciborgue', desenvolvida na década de 1980 por Donna Haraway (1991). Juntamente com outras pesquisadoras da epistemologia feminista, como Beauvoir (1970), Laurentins (2004) e Butler (2003), Haraway



(1991) criticava o essencialismo biológico que organiza a sociedade através do conceito de gênero.

Influenciada pelos avanços tecnológicos dos anos 1980 e o surgimento do microcomputador, Haraway (1991) sugeriu uma abordagem filosófica que descartava os binarismos tradicionais entre sexo e gênero e explorava a relação entre o humano e a máquina. A autora propunha uma revolução de mulheres que apropriassem estrategicamente das novas tecnologias para a criação de novos espaços discursivos e mais inclusivos às identidades. Haraway (1991) também ressaltava que as tecnologias eram simultaneamente repressivas e libertadoras, dependendo de quem as utilizasse e para qual propósito. Por isso estimulava que as mulheres abandonassem as crenças que demonizavam a ciência e a tecnologia, para reivindicar questões cruciais para os feminismos como o controle sobre seus corpos (Haraway, 1991).

Inspirado por essas ideias e movido pela desigualdade de acesso das mulheres às tecnologias, o *Coletivo VNS Matrix* (1991) reivindicou uma participação ativa na criação cibernética sob uma perspectiva feminista. Em paralelo, a teórica Sadie Plant (1997), também desenvolvia escritos sobre a aliança entre mulheres, máquinas e as novas tecnologias. Plant enfatizava o potencial libertador das tecnologias para as identidades em especial para o sujeito feminista (Timeto, 2019). Dessa forma, o termo ‘ciberfeminismo’ foi cunhado tanto por Plant quanto pelo *Coletivo VNS Matrix* e faz referência ao movimento proposto por Haraway na década de 1980.

A institucionalização do ciberfeminismo ocorreu com a promoção da conferência *Seduced and Abandoned: the Body in the Virtual World*, realizada em Londres no Instituto de Arte Contemporânea em 1994 (Timeto, 2019). E no final dos anos 1990 e início dos 2000 o grupo *Old Boys Network* (OBN) promoveu três encontros importantes para a afirmação do movimento como um fenômeno predominantemente estético, com uma abordagem teórica e prática (Timeto, 2019).

Do início dos anos 1990 até os 2000 o movimento cibernético se aperfeiçoou e com ele surgiu um novo sentido para os ciberfeminismos. A era da informação é conduzida cada vez mais pela velocidade que as informações são compartilhadas. A *internet* se converteu em um elemento essencial para difundir informação, trocar opiniões, coordenar estratégias e realizar ações com a intenção de construir um mundo mais livre e conectado. Dessa forma, os



ciberfeminismos passaram a ganhar um amplo sentido de ativismo *on-line* que se popularizou com as novas plataformas de redes sociais (Natansohn, 2021).

Dessa forma, os feminismos, como movimento orgânico e dinâmico, se reestruturou para ocupar espaço nessa nova configuração das sociedades do século XXI. A atual fase do movimento feminista acompanha a evolução da tecnologização da informação, mas sobretudo na ampliação das redes de comunicação feministas. Por isso, autoras como Perez & Ricoldi (2018) já afirmam que o nome desta nova fase é ciberfeminismo, pois é formada por uma geração de jovens militante que cresceram na era digital e que compreendem o alcance desta ferramenta de comunicação sabendo assim, autonomamente, utilizá-la.

Hollanda (2018) percebe nas redes sociais um elemento importante de expressão na esfera política, em que causa um alargamento no padrão da comunicação, tornando-o mais autônomo e democrático, além de potencializar mobilizações que, à primeira vista, poderia parecer ter um caráter individual, mas acabam sendo coletivas ao serem difundidas na rede, trazendo para o campo político aquilo que é do pessoal. Um exemplo que pode ser observado sobre este transcender do público e privado é o compartilhamento das narrativas em primeira pessoa nas redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*. Essas plataformas possibilitam que mulheres compartilhem suas experiências e se conectem para compartilhar suas histórias.

Devido a falta de representatividade nos grandes meios de comunicação, que são controlados em sua maioria por homens, as mulheres são vítimas de uma histórica estereotipação que contribui para sua marginalização, assim como para todas as outras minorias sociais como a população negra e LGBTQIA+ (Boix & Miguel, 2013). Enquanto nas redes sociais digitais, com o crescente número de *blogs* e perfis ciberfeministas, pode-se partilhar histórias, escrever sob os próprios pontos de vistas, temas de seus interesses e criar assim, uma rede de comunicação que, em muitos casos, tornam-se uma rede de apoio. Ou seja, ao incluir a possibilidade de minorias se manifestarem, ou comunicarem em redes digitais, também as permitem se conectarem e criarem frentes de resistência contra o sistema.

Assim, os protestos que antes ocorriam exclusivamente nas ruas, abrem espaço para as campanhas *on-line*, por meio de *hashtags* (Costa, 2018). Arruzza, Bhattacharya & Fraser (2019) inteiram que através das *hashtags* se reinventam as formas como se fazem greves no século XXI. Desde a primeira *Marcha das Vadias* em 2011, que as formas de reivindicação com *hashtags* se popularizaram e passaram a fortalecer os feminismos no ciberespaço e nas



ruas. Em 2016, os movimentos feministas na Polônia se revoltaram contra a proibição da interrupção voluntária da gravidez e as manifestações se expandiram pelo mundo através das redes sociais passando a agregar outras reivindicações que se tornaram populares como: *#NosotrasParamos*, *#WeStrike*; *#VivasNosQueremos*; *#NiUnaMenos*; *#TimesUp*; *#Feminism4the99* (Arruzza, Bhattacharya & Fraser, 2019).

No Brasil, a mobilização através do *hashtag* *#EleNão*, em outubro de 2018, contra a candidatura do então deputado federal Jair Bolsonaro, foi muito significativa e marcou características de uma nova geração feminista contra o avanço da extrema-direita. A mobilização que começou no ciberespaço ganhou proporções materiais ao levar para as ruas pessoas de todos os 26 estados do Brasil, além de imigrantes e apoiadores em outras capitais mundiais como Lisboa, Berlim, Dublin, Paris, Nova York, dentre outras.

Por isso, é possível compreender o que Castells (1999) chama de “descontinuidade histórica”, no qual uma cultura da autonomia marca um ponto de transformação política do século XXI. Ou seja, através da comunicação horizontal, proporcionada pelas redes sociais digitais, observa-se que há uma capacidade de comunicação massiva não mediatizada pelos meios de comunicação de massa, mas conduzidas pela organicidade dos movimentos sociais, agora no ciberespaço (Castells, 1999).

A *internet* colabora com a integração da comunidade de mulheres ciberativistas que multiplica os campos de atuação feministas. Assim, a *internet* não atua apenas como ferramenta de organização, mas como uma extensão dos campos de atuação (Costa, 2018). As redes sociais possibilitam novos repertórios de mobilização, como os protestos convocados nas redes sociais, e o compartilhamento de informações que não são veiculadas nas mídias tradicionais.

Recentemente a perspectiva transcultural e pós-colonial também passou a ser incorporada pelos debates ciberfeministas. Temas como mobilidade e colocação, fluxos imateriais e fluxos migratórios em relação às TICs foram resgatados passaram a adentrar as discussões (Haraway, 1991). A problematização do conceito de fronteira, levantado por Haraway (1991) com a metáfora do Ciborgue, já convocava tal reflexão.

A autora Chandra Mohanty (2013) desenvolve uma interessante crítica ao neoliberalismo a partir de uma perspectiva decolonial e afirma que as políticas neoliberais marginalizam os discursos radicais antirracistas e enfraquecem o pensamento feminista.



Dessa forma, Mohanty enfatiza a importância de reconhecer como o conhecimento feminista e antirracista é produzido e circulado em diferentes contextos geopolíticos, mas que as políticas de segregação migratória e fronteiriças desarticulam grande parte de suas mobilizações. Por isso, a autora propõe que a solidariedade transnacional feminista resista e confronte as forças despolitizadoras no intuito de manter a natureza insurgente e crítica dos movimentos feministas (Mohanty, 2013).

Mohanty (2013) sugere que a solidariedade feminista transnacional deva construir conexões que respeitem as identidades locais enquanto promovem a solidariedade global. A mobilidade facilitada pelo neoliberalismo muitas vezes beneficia apenas as comunidades economicamente privilegiadas, enquanto marginaliza e criminaliza as comunidades empobrecidas. Por isso, as feministas preocupadas com a solidariedade transnacional devem estar cientes das diferenças de poder e das especificidades locais, evitando uma abordagem homogênea ou universalista que possa ignorar as particularidades das experiências das mulheres em diferentes regiões (Mohanty, 2013).

Em diálogo com as ideias de Mohanty (2013), Veronica Gago (2020) argumenta sobre a internacionalização dos feminismos e a diminuição das fronteiras físicas dos Estados proporcionadas pela rápida evolução da *internet* e das redes sociais. Gago (2020) sugere que o transnacionalismo feminista possibilita que as reivindicações ocorridas no Brasil, por exemplo, rapidamente cheguem à Portugal, de maneira a fortalecer a integração das solidariedades feministas. Assim, a combinação de características como a horizontalidade, diversidade, militância digital e transnacionalismo, fortalecem as reivindicações feministas contemporâneas e expandem sua capacidade de atuação (Gago, 2020).

Dessa maneira, os ciberfeminismos facilitam a integração da rede de solidariedade feminista internacional e possibilita a organização de ações globais. Por isso, a perspectiva histórica e transcultural assumida pelos ciberfeminismos atualmente é movido pela crítica política e à certas teorias sobre tecnologia, na tentativa de reivindicar um agir feminista antissistêmico e inclusivo em termos de gênero (Timeto, 2019).

Estratégias criativas ciberfeministas: os casos da @plataformageni e @coletivoandorinha

Os ciberfeminismos são a principal forma de atuação dos feminismos na nova era da informação. Dessa forma, este artigo irá analisar as estratégias criativas dos ciberfeminismos



Clarissa de Souza Oliveira Godoy

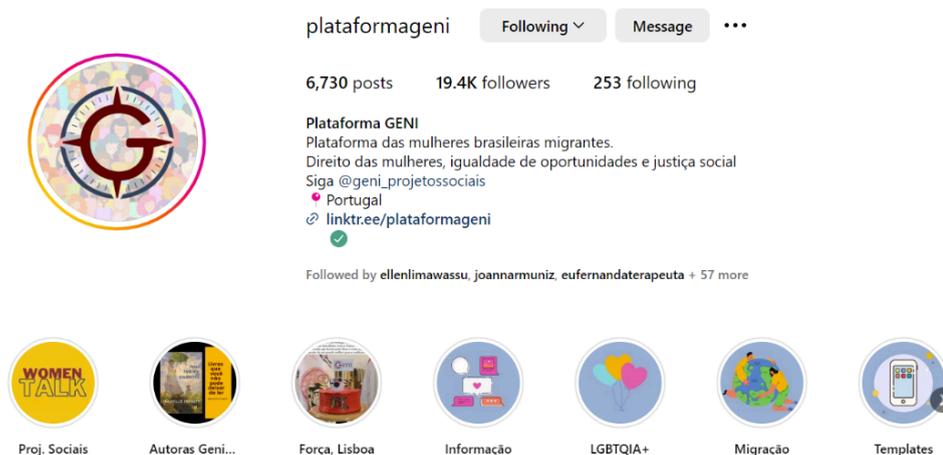
Ciberfeminismos e a reorganização criativa dos ativismos na era digital: uma análise de perfis brasileiros no Instagram em Portugal

através de dois perfis no *Instagram* na tentativa de compreender as formas que os perfis contribuem com as pautas da atual fase dos feminismos.

Para isso, foi realizada uma análise netnográfica de caráter qualitativo (Kozinets, 2015) dos perfis *@PlataformaGeni* e *@ColetivoAndorinha* entre os anos de 2021 e 2024. Os perfis selecionados fazem parte do contexto dos ciberfeminismos em Portugal e no Brasil pois são organizados por brasileiras que residem em solo português e mantêm um ativo diálogo com as pautas brasileiras. A escolha dos perfis ocorreu devido a relevância dos conteúdos produzidos para este trabalho e por serem os dois perfis brasileiros com maiores números de seguidores, publicações e compartilhamentos em Portugal.

A *Plataforma Geni* é uma plataforma de mulheres brasileiras migrantes que residem em Lisboa. É uma instituição sem fins lucrativos, autônoma, apartidária, mas não apolítica, que trabalha pela efetividade dos direitos das mulheres migrantes em Portugal e promove o empoderamento feminino. Veicula conteúdo de reivindicação do direito das mulheres, da igualdade de oportunidades e da justiça social.

Imagem 1: Perfil *@PlataformaGeni*



Fonte: Perfil [@PlataformaGeni](https://www.instagram.com/plataformageni) - Acesso em: 17/05/2024.

O nome da plataforma faz referência à popular música de Chico Buarque *Geni e o Zeppelin* sendo uma crítica à todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres, assim como a personagem da letra da música de Buarque. A plataforma trabalha a partir de uma rede colaborativa entre mulheres brasileiras, com o foco em três áreas: a



Clarissa de Souza Oliveira Godoy

Ciberfeminismos e a reorganização criativa dos ativismos na era digital: uma análise de perfis brasileiros no Instagram em Portugal

igualdade de gênero, a migração de mulheres e o combate ao racismo e à xenofobia. Atualmente o perfil conta com cerca de 17.3k seguidores.

O *Coletivo Andorinha – Frente Democrática Brasileira em Lisboa*, é formado em sua maioria por brasileiras estudantes, professoras e pesquisadoras das mais diversas áreas, assim como trabalhadores brasileiros e portugueses simpatizantes à causa da defesa da democracia do Brasil. O principal motor do coletivo é comunicar e discutir temas relativos à situação política brasileira através de narrativas não veiculadas pelos meios de comunicação tradicionais.

Imagem 2: Perfil @ColetivoAndorinha



Fonte: Perfil [@ColetivoAndorinha](https://www.instagram.com/ColetivoAndorinha). Acesso em: 17/05/2024

O seu nome é uma forma de expressar liberdade e poetizar o coletivo (Souza, 2017). As andorinhas são pássaros migratórios muito comuns no Brasil e em Portugal, além de ser um dos principais símbolos da cultura portuguesa (Souza, 2017). Culturalmente, representam o movimento histórico da migração, sobretudo, o sentimento da saudade e da esperança que as fazem regressar para sua terra natal.

O Coletivo propõe ser um espaço de reflexão e pensamento, que se traduz em seus manifestos, materiais gráficos, discursos e sobretudo nas ações de rua. O grupo promove discussões interdisciplinares nas áreas da política, arte e educação na tentativa de construir alternativas sustentáveis às rápidas mudanças sociais no Brasil e no mundo. Atualmente o perfil conta com 4.307 seguidores.



Clarissa de Souza Oliveira Godoy

Ciberfeminismos e a reorganização criativa dos ativismos na era digital: uma análise de perfis brasileiros no Instagram em Portugal

Os dois perfis desenvolvem atividades e projetos que colaboram para uma vida mais sustentável dos imigrantes em Portugal. Promovem cursos, oferta de serviços, divulgação de eventos e palestras.

A *Plataforma Geni* desenvolve atualmente cinco projetos com o objetivo de fomentar o crescimento das habilidades das mulheres e promover um mundo melhor por meio da educação, informação e acesso ao conhecimento. Os projetos têm como foco principal advogar pelos direitos das mulheres migrantes, combater a violência de gênero e toda forma de discriminação contra as mulheres, além de contribuir para a transformação social e iniciar diálogos que estimulem a reflexão sobre igualdade de gênero junto à geração mais jovem.

Dentre eles estão o *Women Talk*, um grupo de conversação em inglês de nível básico, realizado em parceria com a *Casa do Brasil de Lisboa - CBL*. Destinado exclusivamente para mulheres migrantes, tem como propósito impulsionar o desenvolvimento de diversas habilidades por meio do acesso ao conhecimento, à informação e ao empoderamento. A CBL é uma ONG que há mais de 20 anos desempenha um papel ativo na análise e implementação de políticas públicas, assumindo uma posição essencial no ativismo e na defesa de medidas igualitárias para as comunidades imigrantes em Portugal. A organização não governamental também desenvolve projetos com ações destinadas a facilitar o acesso equitativo aos direitos e serviços para pessoas imigrantes.

Imagem 3 - Women Talk - Plataforma Geni



Fonte: [Women Talk](#) - Plataforma Geni - Acesso em: 17/05/2024



Clarissa de Souza Oliveira Godoy

Ciberfeminismos e a reorganização criativa dos ativismos na era digital: uma análise de perfis brasileiros no Instagram em Portugal

leitura do livro *Os Malaquias* de Andréa Del Fuego, mas já contou com leituras de *O Averso da Pele* de Jeferson Tenório, *Vista Chinesa* de Tatiana Salem Levy, *Olhos D'Água* de Conceição Evaristo e a *Gorda* de Isabella Figueiredo. O clube do livro é também uma parceria com a *Casa do Brasil* em Lisboa e o objetivo é dedicar um tempo específico para a leitura e desenvolver conversas estimulantes sobre os temas dos livros.

Imagem 5: Grupo de Leitura - Coletivo Andorinha



Fonte: [Grupo de Leitura](#) - Coletivo Andorinha - Acesso em: 17/05/2024

Para além de ações culturais, o coletivo empenha-se na promoção de uma consciência cívica. Estimulam a compreensão do funcionamento das instâncias políticas e administrativas portuguesas através de sessões de esclarecimento, ciclos de palestras, publicações explicativas e materiais didáticos acessíveis. Na sessão *Portugal Plural: Encontro de Candidaturas e Migrantes* o Coletivo promoveu um debate de esclarecimento sobre as propostas dos partidos de esquerda para as eleições legislativas de 2024. Com o intuito de ampliar o debate, os partidos de esquerda portugueses foram convidados a enviar representantes para participar da discussão. Dessa forma, o *Coletivo Andorinha* contribui para que os imigrantes brasileiros possam exercer a cidadania e fomentar uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.



Clarissa de Souza Oliveira Godoy

Ciberfeminismos e a reorganização criativa dos ativismos na era digital: uma análise de perfis brasileiros no Instagram em Portugal

Imagem 6 - Atividade de esclarecimento político - Coletivo Andorinha



Fonte: [Atividade de esclarecimento político](#) - Coletivo Andorinha - Acesso em: 17/05/2024.

Em conformidade com as sessões de discussão, o Coletivo também disponibiliza outras ferramentas de consulta e apoio à informação, como o *Guia político de Portugal para imigrantes*, um documento disponibilizado gratuitamente pelo coletivo com instruções sobre a organização e divisão política administrativa em Portugal. O material é uma forma didática de explicar as semelhanças e diferenças com a estrutura política brasileira e assim, facilitar a compreensão sobre o tema.

As ações ciberfeministas e a plataformização da vida

A elaboração das atividades no ciberespaço e as formas de comunicação via *Instagram* possibilitam um maior alcance das pautas abordadas pelos perfis analisados. A *Plataforma Geni* tem expressivos números de seguidores, mais de 18 mil, e de publicações, mais de 6.400. São números que chamam atenção, em especial no ciberespaço português. A maioria de suas publicações são *reposts*, ou seja, compartilhamentos de outros perfis ciberfeministas, o que torna os conteúdos e a dinâmica de interação, muitas vezes, redundantes. No entanto, é um perfil que usufrui ativamente de uma das principais características das redes sociais, que é a construção de vínculo através do compartilhamento. Como relembra Manuel Castells (2013, p. 136)



Os Social Networking Site são espaços vivos que conectam todas as dimensões da vida das pessoas. Esta é uma tendência importante para a sociedade em geral. Ela transforma a cultura ao induzir ao compartilhamento. Os usuários dos SNS transcendem o tempo e o espaço, mas produzem conteúdo, estabelecem vínculos e conectam práticas.

O *Coletivo Andorinha* é um perfil menor com 4.453 seguidores, mas de grande importância para as pautas feministas, especialmente por produzir majoritariamente conteúdo autoral. A originalidade dos temas abordados contribuem para a construção de uma rede mais orgânica e engajada com as pautas sugeridas. Além disso, o Coletivo tem uma abordagem comunicativa mais reivindicativa, o que convida à ação mais direta, seja nas redes ou nas ruas, contribuindo assim para um melhor diálogo entre os ciberfeminismos e a sociedade.

Ambos os perfis dialogam com redes feministas internacionais, sendo os mais comuns os da América Latina e Europa. Promovem o transnacionalismo feminista, uma forma de expansão das redes de solidariedade feministas, onde graças ao avanço tecnológico e a popularização da *internet* encurtam as distâncias geográficas e flexibilizam as fronteiras físicas (Gago, 2020; Mohanty, 2013). Isso permite trocas de informações em tempo real, o que potencializa mobilizações reivindicativas nacionais, podendo desencadear ações internacionais, como foi o caso dos *hashtags* #NiUnaMenos e #Elenão.

Os perfis abordam questões fundamentais para os feminismos como o direito ao aborto, a luta contra o feminicídio e a violência doméstica, além das pautas raciais tão caras para o movimento atual. Os temas referentes a sexualidade e igualdade de gênero também são recorrentes, em especial nas datas comemorativas do Orgulho Gay, da Visibilidade Trans e Visibilidade Lésbica. As pautas interseccionais são exploradas, em sua maioria, também através de datas comemorativas, quando algum caso ganha projeção na mídia, ou ainda quando pautas políticas estão sendo negligenciada pelo poder público brasileiro, como o caso do *Marco Temporal* e da luta dos povos originários em que o *Coletivo Andorinha* fez uma série de publicações e reivindicações a favor da preservação das terras indígenas no Brasil.



Clarissa de Souza Oliveira Godoy

Ciberfeminismos e a reorganização criativa dos ativismos na era digital: uma análise de perfis brasileiros no Instagram em Portugal

Imagem 7 - Publicação Marco temporal - Coletivo Andorinha



Fonte: [Publicação Marco temporal](#) - Coletivo Andorinha - Acesso em: 17/05/2024.

Imagem 8 - Marco Temporal - Coletivo Andorinha



Fonte: [Marco Temporal](#) - Coletivo Andorinha - Acesso em: 17/05/2024.

Nesse sentido, é importante observar que apesar dos conteúdos divulgados em ambos os perfis serem muito parecidos, o volume de publicações, assim como de seguidores são muito diferentes. A *Plataforma Geni* tem 5 vezes mais seguidores do que o *Coletivo Andorinha* e 13 vezes mais publicações. Esses dados são interessantes para comparar a



abordagem escolhida pelos perfis para se expressarem e questionar o modelo de plataformização. A *Plataforma Geni* tem um caráter comunicador mais abrangente, linguagem mais simplificada, mais ativo virtualmente. É um perfil que interage diariamente com sua comunidade através de *stories*, *reels* e publicações, além de dedicarem atenção para uma organização visual alinhada com estratégias de *marketing*. Enquanto o *Coletivo Andorinha* tem uma abordagem mais orgânica, onde o sentido do termo “Coletivo” faz-se perceber rapidamente, justamente pela espontaneidade na comunicação. As interações com a comunidade são menos frequentes, os fluxos de publicações são irregulares e a criação dos conteúdos visuais são mais heterogêneas, fugindo um pouco do padrão estético das plataformas atuais.

A diferença na forma de se comunicar pode justificar a discrepância entre os perfis analisados, mas o que os atuais estudos da cultura e da comunicação enfatizam é o impacto do processo de plataformização e da variável algorítmica na projeção ou popularização dos perfis (Poell, Nieborg & Van Dijck, 2020). Os estudos mostram como o funcionamento das redes sociais hoje, estão diretamente ligados com as plataformas digitais, que vão além de simples facilitadoras de interação social. As plataformas digitais tornaram-se entidades poderosas que capturam e monetizam dados dos usuários, influenciam comportamentos e moldam a esfera pública (Poell, Nieborg & Van Dijck, 2020).

É importante chamar atenção para o tema da plataformização pois ele implica em questões já citadas nesse texto como vigilância, privacidade, liberdade de expressão, democracia e relações de poder (Zuboff, 2019). A economia digital está cada vez mais organizada em torno de plataformas digitais e das grandes empresas de tecnologia que estão reconfigurando as relações econômicas e sociais (Srnicek, 2016).

As plataformas estão cada vez mais presentes em uma variedade de dispositivos, desde *smartphones* e *smartwatches* até eletrodomésticos e carros autônomos. Essa extensão das plataformas possibilita que empreendedores colem dados de praticamente todas as interações humanas, como: transações financeiras, pesquisas *on-line*, conteúdos digitais, dirigir, caminhar, conversar e até nos relacionamentos amorosos. Posteriormente, esses dados são processados por algoritmos e, muitas vezes, disponibilizados para uma ampla gama de atores externos (Bucher, 2018; Zuboff, 2019).



Mas as plataformas digitais não se limitam apenas a facilitar transações econômicas, elas também exercem um papel fundamental na interação dos usuários. Por meio de interfaces gráficas intuitivas, as plataformas delineiam como os usuários podem se envolver entre si (Bucher, 2018). Assim, as plataformas não apenas fornecem um espaço para a troca de informações e serviços, mas também moldam ativamente as experiências e os comportamentos dos usuários (Gillespie, 2018).

A administração dessas plataformas é realizada por meio de algoritmos de classificação, que têm o poder de privilegiar determinados sinais de dados em detrimento de outros (Poell, Nieborg & Van Dijck, 2020). Isso influencia diretamente quais tipos de conteúdo e serviços são destacados e visíveis para os usuários, enquanto outros permanecem silenciados ou fora de alcance. Dessa maneira, o algoritmo molda a dinâmica da plataforma, determinando o que é amplamente divulgado e consumido, e o que permanece marginalizado ou ignorado (Poell, Nieborg & Van Dijck 2020).

Ao analisar os ciberfeminismos, os aspectos de vigilância e controle das plataformas são mais alarmantes. Segundo Jensen (2009), a formação de ativismos feministas a partir de plataformas *on-line* corporativas, como *Facebook* e *Instagram*, apresenta grande ambiguidade. Embora as plataformas tenham desempenhado um papel fundamental para a visibilidade dos ciberfeminismos, o caráter de vigilância implícito nos algoritmos insere riscos para as ativistas (Jensen, 2009). Existem muitas dúvidas ou pouco esclarecimento sobre as políticas de uso, consentimento e os serviços oferecidos pelas plataformas, o que dificulta a compreensão de como as informações ali são gerenciadas. A nebulosidade em torno deste tema tornando as ações ciberfeministas mais vulneráveis à possíveis violências (Natansohn, 2021).

Outro ponto que reforça o caráter administrativo e de vigilância das plataformas é a assinatura de contratos entre o utilizador e a plataforma para a permissão de acesso aos serviços digitais (Van Dijck, 2013). Assim, as plataformas regulam o que os usuários e os colaboradores podem compartilhar e como podem interagir entre si (Gillespie, 2018). Essa regulação vai de encontro com a filosofia da liberdade e da comunicação horizontal da *internet* e enfraquece boa parte do caráter autônomo das redes sociais também.

Por outro lado, a maioria das regulações, ou moderações mais rigorosas por parte dos administradores ocorrem devido ao fenômeno das *fake news* e da propagação de



desinformação. Os fenômenos culturais que passaram a interferir diretamente na vida política das sociedades, em especial nos casos das campanhas eleitorais de Donald Trump em 2016 e Jair Bolsonaro em 2018, são cruciais para compreender como as mudanças de *habitus* que decorrem da cultura, afetam a sociedade como um todo.

Por isso, para uma regulação justa e eficaz das plataformas é importante uma análise crítica sobre como as mudanças nas infraestruturas, na economia e nas formas de governar estão conectadas e são moldadas pelas práticas culturais. Dessa forma, o grande desafio a partir dessa compreensão é integrar as plataformas na sociedade sem comprometer valores fundamentais, como a igualdade e o respeito aos direitos humanos.

Considerações Finais

A análise dos perfis *@PlataformaGeni* e *@ColetivoAndorinha* proporcionou um olhar mais apurado sobre o papel dos ciberfeminismos na promoção e fortalecimento das pautas feministas na atualidade. Ao examinar as práticas, discursos e estratégias adotadas pelos perfis foi possível verificar sua significativa contribuição para a construção de um movimento feminista mais inclusivo, engajado e globalizado.

Os perfis demonstraram uma boa habilidade em utilizar recursos criativos e linguagens acessíveis para transmitir suas mensagens e contribuir assim para ampliar o alcance do ativismo feminista. A *@PlataformaGeni* realiza uma comunicação mais simplificada, na maioria das vezes através de *reposts* de outros perfis ciberfeministas, o que contribui para a ampliação da rede e para a diversidade dos temas abordados em sua página. Enquanto o *@ColetivoAndorinha* desenvolve uma comunicação mais espontânea, fugindo da rotina de publicações diárias e focando em *posts* que convocam para a ação, através de manifestações e protestos nas ruas.

A nível de estratégias criativas de atuação ciberfeminista os dois perfis realizam projetos que contribuem para a conscientização e popularização das pautas feministas. Além de ressaltar a importância da interseccionalidade no ativismo feminista digital, evidenciou que os perfis incorporam e amplificam vozes e experiências de mulheres de diferentes origens étnicas, raciais, socioeconômicas e culturais. Essa abordagem inclusiva e interconectada é fundamental para construir um movimento feminista abrangente e capaz de enfrentar os desafios da atualidade.



O @ColetivoAndorinha apresenta uma interessante abordagem interseccional, em especial sobre a luta dos povos originários do Brasil. Foi realizado uma série de *posts* e reivindicações *on-line* sobre o debate do Marco Temporal. O Coletivo também demonstra grande compromisso com a conscientização política dos imigrantes brasileiros sobre a situação política em Portugal. Foi realizado sessões de debate *on-line* e disponibilizado material didático com esclarecimentos sobre o tema.

Tanto a @PlataformaGeni quanto o @ColetivoAndorinha internacionalizam as pautas feministas e colaboram para que as reivindicações das mulheres do Sul-global cheguem às ruas de cidades da Europa. Ambas mobilizaram manifestações em apoio à luta das mulheres no Brasil e em países da América Latina, principalmente através das campanhas presidenciais no Brasil em 2022 e na Argentina em 2023. Dessa forma, os perfis também conseguiram estimular discussões importantes para os feminismos sobre questões de gênero, aborto, violência contra a mulher e assédio.

Entretanto, é importante elucidar que a atuação ciberfeminista ocorre dentro de um contexto marcado pelo crescimento da plataformização da esfera pública, onde as redes sociais assumem um papel central na organização e disseminação dos movimentos sociais. Nesse sentido, é importante refletir sobre os desafios e limitações da dependência das plataformas digitais, que operam sob lógicas comerciais e dos algoritmos.

A produção de conteúdos ciberfeministas, especialmente nos perfis selecionados para análise, é significativamente influenciada pela seleção algorítmica, dado o caráter tabu dos temas abordados em muitas sociedades. Isso implica que a visibilidade desses conteúdos pode ser prejudicada quando não alinhada aos interesses da plataforma, resultando, por vezes, na remoção desses conteúdos do espaço virtual. Questões reivindicativas ou discursos com uma linguagem mais complexa tendem a ter sua visibilidade reduzida, uma vez que não se encaixam na dinâmica rápida de informações lucrativas.

Portanto, se considerarmos que a plataformização está intrinsecamente ligada a temas como vigilância, liberdade de expressão e disputa de poder, torna-se evidente que os conteúdos ciberfeministas estão entre aqueles que mais desafiam essa estrutura e, conseqüentemente, são negligenciados pelas plataformas. Esse fenômeno ressalta a necessidade de se refletir criticamente sobre o impacto das dinâmicas algorítmicas na disseminação e visibilidade de conteúdos feministas nas redes sociais, bem como sobre as



implicações mais amplas dessas práticas para a diversidade e pluralidade de vozes na *internet*.

Assim, é necessário manter um olhar crítico sobre as dinâmicas de visibilidade e poder que permeiam as plataformas. A centralização do debate em determinadas redes sociais pode excluir vozes marginalizadas e perpetuar desigualdades de acesso e representação. Dessa forma, é importante que o ativismo digital seja complementado por estratégias que visem à diversificação de espaços e a construção de alternativas mais democráticas e descentralizadas de organização e comunicação.

Portanto, a investigação dos perfis no *Instagram* proporcionou uma visão mais esclarecedora da atuação e das estratégias criativas dos ciberfeminismos, destacando o seu papel na promoção da igualdade de gênero e na luta contra as opressões. Ainda que a plataformização, que molda cada vez mais a vida cotidiana, precise ser questionada criticamente, os ciberfeminismos são faróis estratégicos que fortalecem ideias progressistas para a construção de uma sociedade mais justa para todas as pessoas.

Referências

Arruzza, Cinzia; Bhattacharya, Tithi. & Fraser, Nancy. **Feminism for the 99%**. Londres: Verso, 2019.

Beauvoir, Simone. **O segundo sexo: Fatos e Mitos**. Trad. Sérgio Milliet. 4. Ed. – São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

Boix, Monteserrat & Miguel, Ana de. Os Gêneros Da Rede: Os Ciberfeminismos. *In*: Nathanson, Graciela (org.). **Internet em código feminino: teorias e práticas**. Buenos Aires, La Crujía Ediciones, 2013.

Bucher, Taina. **If ... Then: Algorithmic Power and Politics**. Nova York: Oxford University Press, 2018.

Butler, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Trad. Renato Aguiar. 10. Ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Castells, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Volume 1: A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Castells, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**. Movimentos sociais na era da Internet. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.



Clarissa de Souza Oliveira Godoy

Ciberfeminismos e a reorganização criativa dos ativismos na era digital: uma análise de perfis brasileiros no Instagram em Portugal

- Collins, Patricia Hill & Bilge, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- Costa, Cristiane. Rede. *In*: Hollanda, Heloisa Buarque de (Org.) **Explosão Feminista**: Arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Cia das Letras, 2018.
- Crenshaw, Kimberly. **Mapping the Margins**: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, 1991.
- Fernandes; Terezinha; Santos, Edméa; Tork, Sara Wagner. Ciberfeminismos e Expressões Contemporâneas: Pluralidade de Vozes e Ativismos. *In*: Fernandes; Terezinha; Santos, Edméa; Tork, Sara Wagner (Orgs.). **Ciberfeminismos e Cibereducações**: narrativas de mulheres durante a pandemia de covid-19. São Paulo: Editora Boitempo, 2022.
- Gago, Verónica. **Feminist International**: How to Change Everything. Londres: Verso, 2020.
- Gill, Rosalind. Unspeakable Inequalities: Post Feminism, Entrepreneurial Subjectivity, and the Repudiation of Sexism among Cultural Workers. **Social Politics**, v. 21, n. 4, p. 509-528, 2014.
- Gillespie, Tarleton. **Custodians of the Internet**: Platforms, Content Moderation, and the Hidden Decisions That Shape Social Media. New Haven: Yale University Press, 2018.
- Haraway, Donna. **Simians, Cyborgs, and Women**: the reinvention of nature. New York: Routledge, 1991.
- Haraway, Donna. The Promises of Monsters. A Regenerative Politics for Inappropriate/d Others. *In*: Grossberg, Lawrence.; Nelson, Cary. & Treichler, Paula (Eds.). **Cultural Studies**. Londres; New York: Routledge, 1992.
- Hollanda, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista**: Arte, Cultura, Política e Universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- hooks, bell. **O Feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- Jensen, Klaus Bruhn. **Media Convergence**: The Three Degrees of Network, Mass and Interpersonal Communication. Londres: Routledge, 2009.
- Kozinets, Robert. **Netnography**: Redefined. Thousand Oaks: Sage Publications, 2015.
- Lauretis, Teresa de. A tecnologia de gênero. *In*: Hollanda, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.
- Mohanty, Chandra Talpade. Transnational Feminist Crossings: On Neoliberalism and Radical Critique. **Signs**, v. 38, n. 4, p. 967-991, 2013.



Clarissa de Souza Oliveira Godoy

Ciberfeminismos e a reorganização criativa dos ativismos na era digital: uma análise de perfis brasileiros no Instagram em Portugal

Natansohn, Graciela (Org.). **Ciberfeminismos 3.0**. Covilhã: Editora LabCom.IFP, 2021.

Perez, Oriana & Ricoldi, Alessandra. A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos. In: 42. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu: [Anais do 42 ANPOCS](#), 2018.

Plant, Sadie. **Zeros and Ones: Digital Women and the New Technoculture**. Londres: Fourth Estate, 1997.

Souza, Samara Azevedo de. Coletivo Andorinha: um ano de existência, de resistência, de política, de arte, de educação. **Matéria-prima**, v. 5, n. 1, p. 154-161, 2017.

Srnicek, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2016.

Timeto, Federica. Por uma teoria do ciberfeminismo hoje: da utopia tecnocientífica à crítica situada do ciberespaço. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 537-547, 2019.

Van Dijck, José. **The Culture of Connectivity: A Critical History of Social Media**. Nova York: Oxford University Press, 2013.

Poell, Thomas; Nieborg, David; Van Dijck, José. Plataformização. **Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 2-10, 2020.

[VNS MATRIX](#). **A Cyberfeminist Manifesto for the 21st Century**. Acesso em: 10 mar. 2024.

Zuboff, Shoshana. **A Era do Capitalismo de Vigilância: a luta pela fronteira de poder em um futuro humano**. Trad. Laura Teixeira Motta. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

Submetido em: 15 de março de 2024

Avaliado em: 18 de abril de 2024

Aceito em: 18 de maio de 2024